

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 153.732 - MT (2017/0196786-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
SUSCITANTE : TAUÁ BIODIESEL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : ROBERTO CARLOS KEPPLER - SP068931
SIMONE ZAIZE DE OLIVEIRA - SP132830
FERNANDA NEVES REMEDIO - SP357602
MARCELO SARAIVA - SP372198
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE NOVA MUTUM - MT
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINAS - SP
SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : CARINA MOISÉS MENDONÇA - SP210867
LUIZ ALCESTE DEL CISTIA THONON FILHO - SP211808
NAJARA BARBIERI RODRIGUES RIBEIRO - SP291340

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. **INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AVALIAÇÃO QUANTO A EXTRAONCORSALIDADE DO CRÉDITO E A ESSENCIALIDADE DOS BENS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência em que é suscitante TAUÁ BIODIESEL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (TAUÁ) tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE NOVA MUTUM - MT (JUÍZO DA RECUPERAÇÃO) e o JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINAS - SP (JUÍZO DA EXECUÇÃO).

Narrou a suscitante que foi deferido pelo Juízo matogrossense o pedido de recuperação judicial lá formulado. Apesar disso, o Juízo paulista prosseguiu com atos para tornar efetiva a execução de título extrajudicial contra ela promovida pela FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.

TAUÁ afirmou a incompetência da Justiça de São Paulo - de primeiro e segundo graus - para a prática de atos que representem medidas constritivas de seu patrimônio, sob pena de inviabilizar o plano de recuperação judicial em andamento.

Superior Tribunal de Justiça

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 441/443).

Contra essa decisão foram apresentados embargos de declaração (e-STJ, fls. 454/457 e 461/464).

As informações foram prestadas pelos juízos suscitados às e-STJ, fls. 468/469, 470/516, 548/553 e 563/568.

A FMC Química do Brasil LTDA manifestou-se sobre as razões do presente conflito de competência, bem como sobre os embargos de declaração opostos pela suscitante (e-STJ, fls. 523/533).

O Ministério Público Federal opinou pela declaração de competência do juízo do soerguimento (e-STJ, fls. 555/561).

É o relatório.

DECIDO.

Com base no art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço do incidente instaurado entre juízes vinculados a tribunais diversos.

A controvérsia gira em torno de se definir qual o juízo competente para decidir sobre os atos executórios do patrimônio de empresa em recuperação judicial.

Os créditos extraconcursais, apesar de não se submeterem ao plano recuperacional, sujeitam-se ao juízo universal de modo a evitar que ocorra a expropriação de bens essenciais à continuidade das atividades da empresa em soerguimento.

De fato, a competência do juízo do soerguimento visa garantir a preferência dos referidos créditos e direcionar a execução ao juízo universal que, ciente da não submissão à recuperação, deverá avaliar a essencialidade dos bens passíveis de constrição, bem como a solidez do fluxo de caixa da recuperanda.

Em casos como o presente, é firme a jurisprudência do STJ no sentido de que é atribuição exclusiva do juízo universal apreciar os atos de constrição que irão interferir na atividade empresarial, sendo competente para constatar o caráter extraconcursal do crédito discutido nos autos da ação de execução bem como a essencialidade dos bens para a continuidade da empresa.

Confirmam-se os precedentes:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

CÉDULA DE PRODUTO RURAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA. JUÍZO ACERCA DA ESSENCIALIDADE DO BEM PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL.

1. Há absoluta convergência, entre doutrina e jurisprudência, que, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizado pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação do patrimônio da recuperanda, o que tem o condão, inclusive, de impedir a retirada de bens essenciais, ainda que garantidos por alienação fiduciária, da posse da sociedade em recuperação (art. 49, § 3º, da LRF).

2. É inviável, na estreita sede do conflito de competência, a deliberação acerca da natureza extraconcursal do crédito, o que é da estrita competência do Juízo da recuperação, a partir daí cabendo, se for o caso, os recursos pertinentes.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Cível de Sertãozinho/PR.

(CC 153.473/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, j. 9/5/2018, DJe 26/6/2018 – sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. CRÉDITOS GARANTIDOS FIDUCIARIAMENTE. EXCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. PETIÇÕES SUCESSIVAS DE AGRAVO CONTRA A MESMA DECISÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. DECISÃO MANTIDA.

1. Ao juízo universal compete a análise do caráter extraconcursal das dívidas da empresa em recuperação, alegadamente garantidas por alienação fiduciária, bem como o exame da essencialidade, para as atividades da sociedade recuperanda, dos bens pretendidos pelo credor.

2. Cabe ao STJ, no presente incidente, apenas decidir qual dos juízos em conflito é competente para deliberar acerca dos referidos temas. A Segunda Seção entendeu nesse sentido, por maioria, ao apreciar o CC n. 153.473/PR, em sessão realizada no dia 9/5/2018.

3. Apresentadas duas petições sucessivas de agravo contra a mesma decisão, a segunda fica prejudicada, não podendo sequer ser conhecida, por força da preclusão consumativa.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no CC 143.203/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Segunda Seção, j. 23/5/2018, DJe 30/5/2018 – sem destaque no original)

Em suma, cabe ao juízo universal avaliar a natureza extraconcursal ou não do crédito debatido, bem como a essencialidade de bens pertencentes à empresa em recuperação judicial.

Nessas condições, **CONHEÇO** do conflito para declarar competente o **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE NOVA MUTUM – MT** para deliberar sobre os atos executórios ordenados execução de título extrajudicial nº 1034201-57.2017.8.26.0114, em curso perante o Juízo de Direito da 8ª Vara Cível de Campinas – SP.

Em consequência, **JULGO PREJUDICADOS** os embargos de declaração apresentados às e-STJ, fls. 454/457 e 461/464.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator